

ARTIGO

DISPUTA POLÍTICA OU BATALHA ESPIRITUAL? RELIGIÃO E MORAL CONSERVADORA EM TEMPOS DE BOLSONARISMO

EDILSON MÁRCIO ALMEIDA DA SILVA

Doutor em Antropologia
Professor do Programa de Pós-Graduação em Antropologia, UFF.
ORCID: <https://www.orcid.org/0000-0002-9811-3972>

EMANUEL FREITAS DA SILVA

Doutor em Sociologia
Professor dos Programas de Pós-Graduação em Sociologia e em Planejamento em
Políticas Públicas, UECE.
ORCID: <https://www.orcid.org/0000-0001-6304-4316>

BRUNO FERRAZ BARTEL

Doutor em Antropologia
Professor do Programa de Pós-Graduação em Antropologia, UFPI.
ORCID: <https://www.orcid.org/0000-0003-4788-0204>

RESUMO: O artigo tem por objetivo discutir, sob uma perspectiva histórico-antropológica, as representações que, nos últimos tempos, têm perpassado o acionamento do lema “Deus, pátria e família” por uma parcela da população brasileira. Com base em conteúdos jornalísticos veiculados ao longo do ano de 2022, o intuito da discussão é pôr em relevo certos componentes da gramática moral conservadora que, em meio a uma das mais acirradas polarizações político-ideológicas da história, confere a uma disputa eleitoral os contornos de uma batalha espiritual ou, ainda, de uma guerra do Bem contra o Mal.

PALAVRAS-CHAVE: Religião; política; neoconservadorismo; eleições 2022; Bem X Mal.

POLITICAL DISPUTE OR SPIRITUAL BATTLE?

RELIGION AND CONSERVATIVE MORALS IN TIMES OF BOLSONARISM

ABSTRACT: The article aims to discuss, from a historical-anthropological perspective, the representations that, in recent times, have permeated the activation of the motto “God, homeland, and family” by a portion of the Brazilian population. Based on journalistic content published throughout 2022, the purpose of the discussion is to highlight some components of conservative moral grammar that, amid one of the fiercest political-ideological polarizations in history, gives an electoral dispute the contours of a spiritual battle in terms of a war of Good Against Evil.

KEYWORDS: Religion; policy; neoconservatism; 2022 elections; Good X Evil.

Recebido em: 09/01/2023

Aprovado em: 10/02/2023

DOI: <http://dx.doi.org/10.23925/2176-2767.2023v76p38-64>



Introdução

O nosso direito de amar a Deus, e a liberdade e a dignidade de nossos maridos, filhos e irmãos, estão ameaçados pelos comunistas, primários em seus instintos e brutos em seus sentimentos. Eles se acham em plena marcha para submeter o Brasil à escravidão da sua ditadura retrógrada, anti-humana, anti-cristã e fracassada na quase faminta Rússia e na faminta China. Explorando condições difíceis que eles próprios ajudaram artificialmente a criar neste País da Esperança e do Futuro, os comunistas, altamente acumpliciados, preparam-se para o assalto final às Igrejas de todos os credos e a todas as liberdades de todos os cidadãos. (...) Vamos para as ruas, antes que os inimigos cheguem às nossas Igrejas! (CORDEIRO, 2021, p.6).

Embora possa remeter a uma realidade próxima ou familiar, o trecho acima, escolhido como epígrafe para este artigo, não diz respeito a eventos recentes da história do Brasil, como as Marchas para Jesus ou os atos públicos de 7 de setembro promovidos, entre os anos de 2021 e 2022, por apoiadores do então presidente da República Jair Messias Bolsonaro (Partido Liberal). Na verdade, o excerto refere-se a um anúncio publicado no jornal Folha de S. Paulo, no dia 18 de março de 1964, no qual mais de trinta entidades da sociedade civil convocavam a população a comparecer à Marcha da Família com Deus pela Liberdade, marcada para se realizar no dia seguinte, 19 de março, na capital paulista.

Naquele que seria o primeiro de uma série de eventos similares ocorridos ao longo do ano, “grupos de direita e conservadores conclamavam a sociedade a defenderem a família, a Pátria, a democracia, a Constituição e a religião, que consideravam sob ameaça pelo governo trabalhista de João Goulart” (CORDEIRO, 2021, p.3). Liderada por associações de mulheres, como a União Cívica Feminina (UCF) e o Movimento de Arregimentação Feminina (MAF), a frente conservadora contava com “grupos cristãos – católicos, evangélicos e presbiterianos –, organizações anticomunistas e grupos de ‘estudantes democráticos’, dentre outros” (CORDEIRO, 2021, p.6), que tinham em comum a oposição ao presidente João Goulart (Partido Trabalhista

Brasileiro), ao comunismo e à corrupção, além da defesa de uma intervenção militar, tida como vital para a recomposição política e econômica do país.

Se, à primeira vista, a comparação entre a atual conjuntura e a de sessenta anos atrás denota a existência de continuidades históricas, um olhar mais detido deixa ver que não estamos diante de um mero prolongamento do passado, mas, antes, da “presença do tempo pretérito no tempo presente” (LOBÃO, 2006, p.153), o que nos impõe a necessidade de reconhecer a convivência dinâmica entre permanências e mudanças que, de resto, são intrínsecas ao próprio devir histórico.

Nesse sentido, não nos pareceria razoável contrastar tais conjunturas sem considerar, por exemplo, que, durante a ditadura civil-militar, iniciada em 1964, sob o pretexto de conter o “perigo vermelho”,¹ sucessivos governos adotaram práticas autoritárias que, apesar dos manifestos excessos, viriam a ser interpretadas como legítimas por segmentos sociais conservadores. Do mesmo modo, não haveria como negligenciar que foi, justamente, com promessas como a de banir os “marginais vermelhos” (MARCELLO, 2018), que Jair Bolsonaro se elegeu presidente, em 2018, e que, quatro anos depois, dado o malogro da sua reeleição, grupos se instalariam na frente de quartéis-generais, clamando por uma intervenção militar que, segundo o seu entendimento, representava o último recurso para libertar o Brasil do comunismo.

Por outro lado, a comparação entre os dois períodos não poderia deixar de levar em conta a importante participação de segmentos religiosos nas respectivas mobilizações. Ao fazê-lo, seria necessário assinalar que, na década de 1960, a Igreja Católica destacava-se como uma das mais dedicadas instituições de combate ao comunismo no país, empregando, para tanto, meios diversos, que iam da sua infra-estrutura interna às boas relações mantidas com governos e grupos dominantes. A esse respeito, Rodeghero (2002) aponta que a difusão do anticomunismo católico contava com inúmeros recursos, tais como: pronunciamentos de autoridades eclesiásticas

¹ Uma importante referência sobre a temática encontra-se no trabalho pioneiro de Sá Motta (2002). Com base em um rico e variado conjunto de fontes, o autor discorre sobre o processo de construção sócio-histórica do “perigo vermelho”, enfocando, analiticamente, as três “matrizes ideológicas” que fomentaram a cruzada anticomunista nos contextos da implantação do Estado Novo e do golpe de 1964, a saber: o catolicismo, o nacionalismo e o liberalismo.

em jornais, alocações radiofônicas, solenidades de inauguração, missas especiais, programas de rádio, grupos da Ação Católica, seminários religiosos, além de “livros, revistas, cartazes, panfletos e santinhos, impressos nas gráficas e editoras católicas” (p.466).

No que se refere ao contexto atual, seria imperativo acentuar que, a despeito da influência exercida no pleito de 2022, o catolicismo se viu diante de uma significativa reconfiguração do campo religioso na qual, dispondo de recursos similares aos seus e de um pronunciado proselitismo político, grupos evangélicos (sobretudo pentecostais)² desempenhariam papel de relevo no jogo de forças que se desenhava, a ponto de pautar, nos seus termos, as campanhas eleitorais dos dois principais postulantes à Presidência da

² Contrariando o intento não-denominacionalista das primeiras igrejas protestantes brasileiras e a autodesignação de “evangélicas”, deve-se assinalar que, ao longo da história, nunca houve o que autorizasse a caracterização de sua identidade como homogênea, genérica ou estável. Embora o uso corrente do termo “evangélico” tenha contribuído para revesti-lo de um aparente monolitismo, a literatura especializada destaca a inequívoca pluralidade constitutiva do protestantismo no Brasil. Como nota Burity (2020), isso se deve, entre outros fatores, ao “notável perfil fissiparo das igrejas evangélicas brasileiras” (p.206), algo que, segundo ele, se exacerba particularmente no contexto pentecostal. Nesse sentido, cabe apontar que, se o século XIX enseja a atuação seminal de denominações históricas ou de missão (Luterana, Metodista, Batista, Presbiteriana, Episcopal, Congregacional), as primeiras décadas do século XX se distinguem pelo advento do pentecostalismo clássico, com a fundação da Assembleia de Deus e da Congregação Cristã no Brasil. Décadas depois, entre os anos 1950-60, o movimento sofre a sua primeira fissão, desembocando, então, na instituição da Igreja do Evangelho Quadrangular e, por corolário, do assim chamado deuteropentecostalismo (MARIANO, 2012). Por seu turno, a década de 1970 se estabelece como o marco originário do neopentecostalismo, cujas principais representantes, no Brasil, seriam a Igreja Universal do Reino de Deus, a Internacional da Graça de Deus, a Comunidade Sara Nossa Terra e a Renascer em Cristo. Ressalte-se que a pluralidade de formas assumida pelo protestantismo brasileiro não se restringe à oposição entre igrejas históricas e pentecostais ou às três “ondas” do pentecostalismo, podendo ser verificada, antes, no interior de um mesmo segmento e, não raro, de uma mesma denominação religiosa, como acontece, por exemplo, com a Assembleia de Deus. Reconhecida como a maior igreja pentecostal do país, esta apresenta um perfil descentralizado, compreendendo diferentes vertentes que não necessariamente se relacionam de forma harmônica. Dentre essas vertentes, estão a Assembleia de Deus Ministério de Belém, a Assembleia de Deus Vitória em Cristo, a Assembleia de Deus em Belém do Pará, a Assembleia de Deus Bom Retiro e a Assembleia de Deus Catedral do Avivamento. Deve-se acentuar que, em princípio, nem as vertentes de uma mesma denominação religiosa estariam isentas de conflitos ou divergências internas. Veja-se, nesse sentido, as posições antagônicas assumidas pelo pastor André Valadão, líder da Igreja Batista da Lagoinha, que por mais de uma vez externou ser “contra o socialismo, o comunismo e esse petismo da desgrama aí”, e pelo deputado André Janones (Avante-MG), também ligado à Batista da Lagoinha, mas que não só apoiou como atuou vivamente na campanha que, em 2022, elegeu o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT). Com base no exposto, depreende-se que os “evangélicos” brasileiros são polifônicos, multifacetados e variados em termos de filiações, práticas e ideias, o que, de um modo ou de outro, acaba por se refletir na sua atuação política. Em suma, isso significa que para compreender as relações desses atores com o bolsonarismo é necessário que se evite enclausurar suas diferentes manifestações empíricas em representações uniformes, que não comportem divergências, contradições e/ou ambiguidades.

República: Jair Bolsonaro e Luís Inácio Lula da Silva (Partido dos Trabalhadores).³

À luz das noções de *hierarquia*, de Louis Dumont, e de *tempo pendular*, de Edmund Leach, este artigo tem por objetivo discutir, sob uma perspectiva histórico-antropológica, as representações que, nos últimos tempos, têm perpassado o acionamento do lema “Deus, pátria e família” por uma parcela da população brasileira. Partindo do pressuposto de que toda representação constitui uma descrição seletiva do real e, como tal, é desprovida de neutralidade axiológica (MACHADO DA SILVA, 1993), pretende-se problematizar determinados aspectos da gramática moral preconizada por simpatizantes, apoiadores e aliados do então presidente Jair Bolsonaro, considerando-se, para isso, não só a ampla oposição *Bem x Mal*, mas também outras importantes antinomias que a atravessam, tais como as de *sagrado x profano*, *puro x impuro* e *autêntico x espúrio*. A título de esclarecimento, cumpre ressaltar que, embora não desconsidere as relações entre o passado e o presente, o trabalho se debruçará, mais detidamente, sobre a atual conjuntura, de modo a analisar, com base nos conteúdos publicados ao longo de 2022 em diferentes veículos de comunicação, alguns dos significados relativos aos processos sócio-políticos que, hoje, envolvem religiosidade e neoconservadorismo no Brasil.

Outros tempos, outros costumes? Continuidades e discontinuidades sócio-históricas

Como bem sabemos, as relações entre História e Antropologia vêm de longa data. Pode-se dizer que, desde sempre, em suas amplas e diversas acepções, a História se apresentou como um valioso referente para antropólogos de variadas épocas, correntes e tradições nacionais. E isso por

³ Sobre as mudanças no perfil demográfico religioso do Brasil e a importância assumida pelo segmento evangélico em diversas esferas da sociedade, com destaque para a política, o trabalho de Araújo (2002, p. 41) traz os seguintes dados: “Entre 2000 e 2010, o número de cristãos evangélicos no país cresceu 61%, alcançando 22,2% (42.310.000) da população. Do total de evangélicos no Brasil, 57% (24 milhões) se declaravam pentecostais em 2010 (ano do último censo da população brasileira realizado pelo IBGE). E dois a cada três novos convertidos às igrejas evangélicas pentecostais são provenientes do catolicismo, religião que perde 1% da população a cada ano. Mantidas as taxas de crescimento atual, a transição religiosa estará completa antes de 2030, o que elevará os evangélicos à condição de grupo religioso majoritário no Brasil”.

diversas razões. Dentre elas, estariam as possibilidades analíticas derivadas do emprego de uma noção fundamental nos estudos históricos: a de tempo. Para os propósitos deste artigo, gostaríamos de nos valer do constructo teórico que o antropólogo britânico Edmund Leach (1910-1989) denominou *tempo pendular*.

Grosso modo, essa representação do tempo se caracteriza pela “oscilação de opostos”, como ilustram, por exemplo, intercalações do tipo dia-noite/noite-dia. Em casos como esse, o ir e vir dos elementos corporifica uma “descontinuidade de contrastes repetidos”, já que, na “visão pendular do tempo, a sequência das coisas é descontínua; o tempo é uma sucessão de alterações e paradas” (LEACH, 2001, p.206). Segundo nos parece, um dos aspectos mais instigantes de tal representação consiste no fato de que ela não prescinde do tempo linear, nem o anula. Pelo contrário, tais concepções coexistem de forma complexa e dinâmica, colocando, lado a lado, repetição e não-repetição – o que, muitas vezes, parece escapar a destacados críticos do modelo pendular.⁴

De acordo com Leach (2001), a “descontinuidade de contrastes repetidos” constitui a mais elementar de todas as maneiras de encarar o tempo, o que, talvez, ajude a entender por que, ao se ocuparem de tempos pretéritos, os historiadores geralmente se vejam às voltas com duas conclusões contraditórias: a primeira, de que o passado foi muito diferente do presente; a segunda, de que foi muito semelhante (THOMAS, 1991, p.10).

Tendo como plano de fundo essa aparente contradição, pretende-se discutir, aqui, alguns dos significados da recente retomada, no Brasil, do lema “Deus, Pátria e Família” por segmentos sociais de perfil conservador. Consoante à concepção de tempo pendular, a análise será estruturada a partir da noção de hierarquia, tal qual formulada pelo antropólogo Louis Dumont, isto é, como um sistema de oposições no qual, para além de simples relações distintivas, as partes estabelecem entre si (e, conseqüentemente, com o todo)

⁴ Salvo melhor juízo, é isso o que acontece, por exemplo, com a análise de Gell (2014). Muito embora seja geralmente aceito que os dias se sucedem por ciclos, também não restam dúvidas de que um dia nunca é (e nem pode ser) igual ao outro. Ao contrário do que se possa imaginar, a ideia de um tempo pendular não se baseia na repetição pura e simples, mas, antes, na combinação alternada de continuidade e descontinuidade, estática e dinâmica social, estabilidade e mudança. Daí, portanto, a inconsistência de conclusões peremptórias do tipo: “Se a topologia do tempo assumisse essa forma [cíclica], nunca seria possível distinguir a ocorrência de um evento e, a partir do mesmo evento e, na próxima rodada do ciclo. (...). Haveria apenas um verão porque o evento ‘verão’ ocorreria apenas uma vez em todo o tempo” (p. 40).

um tipo especial de relação que “inclui a dimensão do valor” (DUMONT, 1997, p.373).

Com base nessas noções, pretende-se pôr em relevo certos componentes da gramática moral conservadora que, em meio a uma das mais acirradas polarizações político-ideológicas da história, acabaram por conferir a uma disputa eleitoral os contornos de uma batalha espiritual ou, ainda, de uma guerra do Bem contra o Mal, similar a um dualismo metafísico, no qual se “exalta a pureza e a bondade de uma parte da humanidade e [se] condena a maldade do resto (DOUGLAS, 1996, p. 114). Senão, vejamos.

Em nome de Deus: o “Messias” e a encarnação do sagrado

Depois de uma campanha eleitoral em que mobilizou uma gramática política de forte conteúdo moral-religioso (ALMEIDA, 2019) – valendo-se, inclusive, da utilização de versículos bíblicos e da propagação massiva de *fake news* para impor ao adversário, Fernando Haddad (PT), a pecha de “inimigo dos valores cristãos” –, Jair Bolsonaro cumpriu o seu mandato, entre 2019 e 2022, buscando se legitimar como defensor intransigente desses mesmos valores. Afinado com uma agenda política conservadora que tinha, entre outros temas, a preservação da “família tradicional”, a oposição à “ideologia de gênero” e ao “aborto”, bem como a defesa da “liberdade religiosa”, Bolsonaro assumiu abertamente a posição de que, apesar de o Estado brasileiro ser “laico”, ele seria um “presidente cristão”,⁵ num aceno inequívoco do governo a este segmento religioso.⁶

⁵ O mesmo tipo de postura reverberou entre ministros do governo Bolsonaro, como foi o caso de Damare Alves que, definindo-se como uma ministra “terrivelmente cristã” (VIVAS, 2019), ocupou a pasta da Família, Mulher e Direitos Humanos. Ver: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/01/02/estado-e-laico-mas-esta-ministra-e-terrivelmente-crista-diz-damare-ao-assumir-direitos-humanos.ghtml>.

⁶ Como notam Mariano e Gerardi (2020), as relações entre Jair Bolsonaro e as lideranças evangélicas tiveram início bem antes da eleição de 2018. Desde, pelo menos, as mobilizações de oposição ao material didático do MEC que versava sobre o combate à homofobia (e veio a ser jocosamente alcunhado de “kit gay”), em 2011, Bolsonaro buscou desenhar uma linha de atuação em conformidade com a agenda política de tais lideranças, o que passaria, por exemplo, pela campanha em favor da deposição da presidente Dilma Rousseff, o seu batismo no Rio Jordão e a recorrente utilização do lema “Deus acima de tudo” em discursos públicos, o que erigia a ideia de um “estado cristão” como divisa fundamental de sua atuação, fazendo-o chegar à eleição de 2018 com um considerável apoio de igrejas evangélicas, que viam nele a “defesa dos valores cristãos”.

Ao discorrer sobre o caráter “dinamogênico” da religião, o sociólogo Émile Durkheim (1858-1917) acentuou a capacidade que esta tem de objetivar-se, fixar-se em objetos que se tornam “sagrados”, excepcionais, distintos daquilo que constitui a cotidianidade, o comum, o “profano” (DURKHEIM, 2001). Não nos parece ser outro o sentido subjacente aos esforços de aproximação/identificação do governo Bolsonaro – e de sua própria *persona* – com denominações religiosas afiliadas ao Cristianismo, sobretudo evangélicas. Contrariando o princípio da laicidade do Estado – que desvincula a ética política da religião e da moral privada –, a idealização de um governo comprometido com os “valores cristãos” serviria de base para o estabelecimento de um antagonismo que opunha as virtudes de um “homem escolhido por Deus” e os vícios daqueles que o precederam, sobretudo, nos governos “de esquerda”. Numa palavra, tal idealização colocaria, frente a frente, uma determinada representação do *sagrado* e aquilo que, em contrapartida, era caracterizado como *profano*.

Foi sob uma gramática político-religiosa desse tipo que se desenharam as eleições presidenciais de 2022. E não só nos meses de campanha oficial, entre agosto e outubro. Logo no início do ano, em 23 de janeiro, viria a público uma nota assinada pelo Bispo Renato Cardoso, genro de Edir Macedo e importante nome da Igreja Universal do Reino de Deus, na qual o prelado apregoava a inviabilidade de um mesmo sujeito professar a fé cristã e se alinhar politicamente com a esquerda. Intitulada “5 motivos que mostram que é impossível ser cristão e ser de esquerda”, publicada no *site* da Igreja e no jornal impresso *Folha Universal*, o texto delineava o que seria a “visão cristã” sobre cinco temas (família, formas de governar, crença, lados e unidade), demarcando as fronteiras simbólicas que colocariam em lados inelutavelmente opostos a esquerda e o cristianismo. Assim, enquanto a este eram associadas idéias como “harmonia familiar”, “democracia”, “entrega” [a Deus], “direita” e “união”, àquela eram relacionadas noções como “desestruturação familiar”, “ditadura”, “materialismo”, “esquerda” e “divisão” (CARDOSO, 2022).

Dada a interpenetração dos campos político e religioso num contexto em que o Brasil se preparava para realizar novas eleições presidenciais, a “corrida” pelo apoio de lideranças evangélicas acabaria por mobilizar as principais candidaturas. Nessa disputa à parte, as contrapartidas do público-

alvo não eram incomuns, nem implícitas. Em 17 de março, por exemplo, o jornal *Folha Universal* (com tiragem semanal de 1,7 milhão de exemplares) publicou um texto, intitulado “As portas do inferno não prevalecerão”, com base no qual alardeava-se que, no passado, inspirados pelas “ideias satânicas de Karl Marx”, governos comunistas e socialistas teriam se voltado contra o Evangelho e promovido verdadeiras perseguições aos cristãos. A fim de evitar que tal situação ocorresse no Brasil, conclamava-se os “irmãos” a deter o avanço do comunismo e do socialismo, “rechaçando nas urnas Lula e a sua legião de partidos de esquerda nas eleições para presidente e para o Congresso Nacional. Tal como para as demais casas legislativas e governos estaduais” (FARIAS, 2022a).

Esse mesmo tipo de postura seria adotado pelo então presidente Jair Bolsonaro nos diversos eventos que precederam o pleito eleitoral de 2022, como ilustra, entre outros, o encontro realizado em 27 de março pelo Partido Liberal (PL), ao qual se filiará em busca da reeleição. Por ocasião do lançamento de sua pré-candidatura, o chefe do Executivo lançou mão do discurso inflamado que daria o tom de sua campanha. Na ocasião, fez afirmações como a de que: “o nosso inimigo não é externo, é interno. Não é luta da esquerda contra a direita, é do bem contra o mal” (HOLANDA&MARQUES, 2022). Nos demais eventos, tal formulação viria a se repetir *ad nauseam*, assumindo contornos retóricos de variações sobre o mesmo tema.

Ao longo de toda a campanha, mensagens nas quais Bolsonaro se colocava como arauto do bem na luta contra o mal seriam também vocalizadas por líderes religiosos, que entravam em cena para conferir legitimidade a tal representação. Para difundi-la, o candidato comparecia a eventos religiosos, performando a pretensa sacralidade que o autorizaria a pôr no seu adversário político, Lula, a pecha de inimigo da cristandade. Uma dessas performances ocorreu no dia 20 de abril, durante a 45ª Convenção Geral das Assembleias de Deus, realizada em Cuiabá, quando Bolsonaro e demais presentes ouviram de José Wellington, presidente da organização, as seguintes palavras:

O Deus a quem ele honra, com certeza o honrará no próximo mês de outubro no dia da eleição geral. Assim, senhor presidente, o senhor é o nosso pré-candidato, mas esperamos que no mês de outubro, amados,

vá envergonhar o diabo, para dizer para aquela gente que não gosta dos crentes, que Jesus Cristo Senhor, dará a este homem a vitória no primeiro turno, se Deus assim permitir (CRAVO, 2022).

Como se vê, a concertação em torno do empreendedorismo moral que levaria à sacralização de Bolsonaro passava, necessariamente, pela demonização de Lula, o que também viria a ser verificado em inúmeras outras oportunidades, como quando, por exemplo, em 26 de abril, o deputado Sóstenes Cavalcante (PL-RJ), que presidia a Frente Parlamentar Evangélica no Congresso Nacional, fez circular nas suas redes sociais uma série de ataques ao candidato petista, comparando-o analogicamente ao próprio “Satanás”.

Ao passo em que ataques como estes ocorriam no interior de igrejas Brasil a fora, Bolsonaro e seus asseclas atribuíam às eleições a significação de uma “batalha espiritual”, na qual não se digladiavam apenas ideologias ou planos de governo, mas forças sobrenaturais que, conforme mencionado, estariam dispostas ao lado do Bem e do Mal. O confronto com a alteridade radical opunha, assim, uma auto-representação do então presidente e dos bolsonaristas como emissários diretos de Deus à hetero-representação dos petistas, esquerdistas, progressistas, socialistas e/ou comunistas como encarnações de espíritos malignos que, nessa condição, haveriam de ser combatidos a fim de fazer com que “as portas do inferno não prevaleçam contra a nação” e os brasileiros possam, então, exercer os seus direitos, gozar de sua liberdade, inclusive, religiosa.⁷

A exemplo do ocorrido com segmentos conservadores na década de 1960, a mobilização dos bolsonaristas tinha por base a ideia de que, por se contraporem a bandeiras incompatíveis com o pensamento cristão, seria necessário conter os inimigos antes que eles chegassem às Igrejas. Relatos acerca da situação político-religiosa de países como a Nicarágua (com recentes episódios de perseguição a bispos católicos) reforçavam a narrativa de que, dada a sua proximidade com “ditadores” de esquerda, se eleito, Lula, muito provavelmente, acossaria os valores cristãos, pondo em risco a

⁷ Oriundo das Forças Armadas, Bolsonaro nunca disfarçou o apreço pela tradição combativa nas práticas de controle social e criminal. Pelo contrário, é de conhecimento geral o seu posicionamento favorável à ampliação do acesso a armas de fogo e à ideia de que um “povo armado jamais será escravizado”. Salvo engano, parece residir aí um importante ponto de conexão entre a defesa que o então presidente fazia da liberdade, em geral, e da liberdade religiosa, em particular.

existência da igreja como instituição. Nesse sentido, o voto em Bolsonaro não se justificaria apenas pela defesa da democracia, mas da própria cristandade, da preservação dos seus valores fundamentais, da propagação da sua doutrina e, por conseguinte, do funcionamento incólume dos templos cristãos. Afinal, se a Igreja é a casa de Deus, profaná-la seria, por extensão, profanar o próprio Deus.

A pátria ameaçada: por uma revolução autêntica

Desde que tomou posse no governo, em janeiro de 2019, o presidente Jair Bolsonaro assumiu uma série de compromissos públicos como, por exemplo, a “defesa da pátria e da liberdade”, visando o retorno da nação brasileira ao caminho de “independência”, após anos da “hegemonia cultural comunista” implementada nas gestões do PT. No contexto pós-eleições de 2018, a idealização de uma “nação livre e próspera” viria a se tornar uma espécie de lugar-comum nos discursos oficiais e não-oficiais do novo chefe do Executivo, inspirando, inclusive, a adesão de correligionários à causa.

A comunhão ideológica entre Bolsonaro e seus seguidores seria posta à prova em um sem-número de oportunidades como, por exemplo, durante a pandemia de Covid-19, quando, assombrados pela “ameaça vermelha” e convencidos da necessidade de defender sua liberdade, brasileiros de diferentes localidades do país adotaram posturas que iam do descumprimento parcial ao total desprezo pelas orientações sanitárias e pelo trabalho preventivo que autoridades públicas estaduais e municipais procuravam realizar.

Nesse movimento de oposição às medidas sanitárias – e, por extensão, de apoio ao presidente – lideranças evangélicas desempenhariam um papel de expressiva relevância. Embora igrejas protestantes históricas (Batista, Presbiteriana, Congregação Cristã, dentre outras) tenham apoiado o isolamento social e o fechamento de templos por ocasião da pandemia – mantendo-os abertos apenas para orações e atendimentos individuais –, não foram poucos os líderes de igrejas pentecostais a atuar de forma contrária, caracterizando, inclusive, a crise sanitária “como uma praga diabólica para destruir o Brasil, tal como as dez pragas do Egito”. Ao adotarem a postura de

“negacionismo pandêmico”⁸ (ALMEIDA & GUERREIRO, 2021, p. 51), esses líderes relativizavam a gravidade da situação, tendo em vista tanto os seus projetos políticos, empresariais e religiosos, como os propósitos de manutenção de poder, via mistificação, do então presidente Jair Bolsonaro. Partindo da ideia de “igreja como serviço essencial”, da defesa do “direito à liberdade de crença e de culto” e da “santificação de remédios” sem eficácia comprovada (que culminaria na negação das vacinas), a “espiritualização da pandemia” acabou por produzir uma convergência de interesses que unia o presidente a tais líderes em torno do que os referidos autores definem como um “projeto político comum” (p. 67).

Tanto quanto a liberdade religiosa e a liberdade de ir e vir, um direito fortemente exaltado por Bolsonaro, sobretudo entre os anos de 2021 e 2022, foi o da “sagrada liberdade de expressão”, que viria a se tornar mote bolsonarista com a instauração do inquérito das *fake news*, presidido pelo ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF). Entre outros, a investigação tinha como alvos aliados do então presidente que, diante do que considerava uma arbitrariedade, atacaria diretamente Moraes, no dia 7 setembro de 2021, em um evento de celebração do Dia da Independência. Naquele então, diante de milhares de apoiadores na Avenida Paulista, Bolsonaro o chamaria de “canalha”, afirmando que o ministro devia “pegar o chapéu” e deixar a Corte.

A admoestação pública derivava de uma segunda e não menos importante motivação, posto que, por seu intermédio, Bolsonaro pretendia desqualificar as ações promovidas pelo magistrado na instauração de outro inquérito, este sobre atos antidemocráticos ocorridos no primeiro semestre de 2020, no qual o próprio presidente era investigado.⁹ De acordo com ele, o objetivo dos inquéritos era afrontar os anseios da nação por uma vida plena de “democracia” e “liberdade”, o que o teria levado à ameaça de

⁸ Tal qual definido por Almeida & Guerreiro (2021, p.52), o negacionismo pandêmico corresponde a “uma linguagem de poder que está fora do escopo da democracia e que se expressa publicamente em diferentes técnicas de negação da ciência – muitas vezes com justificativas religiosas – empregadas em diversos eventos durante a pandemia”.

⁹ O inquérito para investigação de atos antidemocráticos foi aberto pelo ministro Alexandre de Moraes, em abril de 2020, após seguidas semanas com protestos em Brasília que defendiam o fechamento do STF e do Congresso Nacional. Em um desses atos, manifestantes chegaram a exhibir faixas pedindo a reedição do Ato Institucional nº 5 (AI-5).

descumprimento das decisões do magistrado e à classificação das investigações como atos de “censura ao povo”.

Para além de consequências a curto prazo, a postura do chefe do Executivo surtiria outro efeito, sentido mais vivamente ao longo do ano de 2022. Ao afirmar que era “obrigação de todos jogar dentro das quatro linhas da Constituição” e confrontar o ministro Alexandre de Moraes com a máxima “se enquadra ou pede para sair”, Bolsonaro ameaçava o Poder Judiciário com a iminência de uma “ruptura” institucional, o que se tornaria um perigoso objeto do desejo acalentado por muitos daqueles que o apoiavam.

Entre novembro e dezembro de 2022, após a divulgação do resultado do segundo turno das eleições, apoiadores de Jair Bolsonaro se organizaram em torno do questionamento e não reconhecimento da vitória do seu adversário, Luiz Inácio Lula da Silva. Uma vez que o candidato derrotado seguia em silêncio inquebrantável, caberia aos “patriotas de plantão” contestar o pleito eleitoral e, num misto de indignação e desespero, praticar inesperados atos de oposição ao “inimigo” e, portanto, de “defesa da nação”.

Do fechamento de estradas federais à instalação de barracas em frente aos quartéis das Forças Armadas, o grau de exposição e sacrifícios em prol da “salvação do país” revelou-se, por assim dizer, digno de nota. O cansaço decorrente de incontáveis dias de acampamento, a exposição às intempéries nas diferentes regiões do país, a estrutura material relativamente precária etc., tudo concorria para manter viva a esperança na almejada intervenção militar ou, ainda, em qualquer mudança “miraculosa” do trâmite eleitoral.

Apesar de as Forças Armadas terem divulgado nota sobre o “direito aos protestos”, o silêncio dos comandos militares perante os “patriotas” provocava uma série de apelos “incomuns”, muitos dos quais foram registrados e acabaram por obter ampla circulação tanto nos veículos da mídia tradicional quanto nos grupos das redes sociais.

Diante das situações expostas, caberia perguntarmos: afinal, que concepção de pátria entrelaçaria eventos tão distintos?

Seja pela postura impetuosa e verborrágica de Bolsonaro (pelo menos, até as eleições), seja pela inesperada resposta de parte dos seus apoiadores aos resultados do pleito, não há como deixar de reconhecer certa “originalidade” (para o bem ou para o mal!) nos discursos e práticas então acionados. Para interpretá-los, o emprego da dicotomia *autêntico* versus

espúrio parece se revelar útil, posto que coloca em evidência certos aspectos das representações atribuídas aos “inimigos da pátria”, bem como os critérios de elegibilidade dos que supostamente estariam aptos a defendê-la em caso de usurpação face à “ameaça vermelha”.

À vista disso, um primeiro aspecto a ser considerado diz respeito ao repúdio de Bolsonaro e dos bolsonaristas à “velha política” que, contaminada por relações espúrias (fisiologismo, compadrio, corrupção etc.), suscitaria o crescente sentimento de ceticismo de uma fração da população brasileira frente aos discursos e, sobretudo, às práticas – tidas como “ensaiadas” – do sistema de representatividade republicana e democrática. Dentre as mais importantes consequências desse ceticismo estava a propagação de um discurso de caráter anti-institucional que, sem sombra de dúvidas, assumiria o lugar de “símbolo dominante” (TURNER, 2005) nas manifestações de apoio ao presidente. Veja-se, nesse sentido, a difusão de lemas como “Fora STF” e “Eu autorizo, presidente”, cujo objetivo manifesto era mostrar um suposto alinhamento popular com o Poder Executivo em caso de eventuais embates com os outros poderes constituídos.

O subterfúgio retórico apontando a existência de um “inimigo difuso” (verificável, por exemplo, em frases como “o sistema está todo contra mim”) contribuiria decisivamente para a construção e para o reforço da autoimagem de Bolsonaro como um candidato independente, aguerrido e compromissado com a gramática neoconservadora, o que o levaria a se conectar aos anseios de “limpeza da pátria” ou “arrumação da casa”, conforme sugerido por ele mesmo em múltiplas e variadas ocasiões. Nesta acepção do mundo político, pouco interessava a negociação com grupos antagônicos ou o estabelecimento de diálogos para a acomodação de interesses, haja vista que, em tal universo, fins espúrios estariam sempre presentes.

Se comparássemos o contexto atual com o da década de 1960, além das já referidas semelhanças, notaríamos uma sutil, mas nem por isso desimportante diferença no que tange ao encaminhamento e às respostas oferecidas para as demandas apresentadas. No que se refere ao ano de 1964, a partir dos discursos articulados em torno da necessidade de combate à “ameaça vermelha”, seria possível identificar um conjunto de ações programaticamente coordenadas que resultariam no Golpe, tais como a “Marcha da Família com Deus pela Liberdade”, realizada em São Paulo no dia

19 de março de 1964, e a “Marcha da Vitória”, ocorrida logo depois, no dia 02 de abril de 1964, no Rio de Janeiro. Já no que diz respeito ao ano de 2022, atestaríamos, inclusive nos episódios de acampamento nas portas dos quartéis, a existência da mais inequívoca e lamentável manifestação de ignorância quanto ao contexto sócio-histórico vivido, bem como o absoluto desconhecimento dos envolvidos no que se refere aos papéis, atribuições e responsabilidades das Forças Armadas no âmbito do Estado Democrático de Direito.

Seja como for, a busca pelo retorno a um passado idílico, com instituições fortes e respeitáveis, continuaria a atravessar os discursos e práticas do presente, mimetizando, num certo sentido, o que ocorrera décadas atrás. A despeito das especificidades de cada contexto, o espírito do conservantismo e a postura reativa frente ao ideário de avanço das forças progressistas continuariam a servir de fundamento para a legitimação daquilo que seus proponentes ufanisticamente concebiam como uma “revolução autêntica”. Nesta revolução, em nome do Bem e do combate ao Mal, os “verdadeiros” interesses da nação deveriam prevalecer sobre todos os demais, haja vista que, em termos ideais, tais interesses são os de “uma cultura em que nada é espiritualmente sem significado, e na qual nenhuma parte significativa do funcionamento geral traz consigo um sentido de frustração, ou de esforço inútil e desarmônico” (SAPIR, 2012, p.42).

A família: pureza e(m) perigo

Em interessante coletânea dedicada às manifestações contemporâneas do neoconservadorismo na América Latina, Biroli et al. (2020) identificaram um ponto de convergência em relação ao desenvolvimento do fenômeno em países como Brasil, Argentina, Bolívia, Paraguai e Peru: uma narrativa de crise que teria como *lócus* a família (p. 26). A exemplo do verificado à época do Golpe de 1964, recentemente tal temática ganhou notável destaque na esfera e espaço públicos brasileiros, vindo a assumir centralidade no debate político que antecedeu as eleições presidenciais de 2022. Exemplar nesse sentido foi a publicação do editorial intitulado “Sem máscara e com as garras de fora”, na edição *on-line* de 6 de fevereiro de 2022, da *Folha Universal*, no qual o advogado Denis Farias

afirmava que o ex-presidente e pré-candidato Luiz Inácio Lula da Silva havia se tornado "o símbolo da corrupção e da degradação da família cristã", razão pela qual a sociedade não aceitaria "a sua volta ao poder" (FARIAS, 2022a).

Em termos estruturais, pode-se afirmar que a aludida "família cristã" corresponde à família conjugal monogâmica, composta da união socialmente aprovada entre um homem, uma mulher e seu(s) filho(s). Dotado "daqueles requisitos naturais sem os quais não poderia haver sociedade nem, certamente, humanidade" (LÉVI-STRAUSS, 1966, p.332), tal arranjo costuma ser representado, sobretudo entre segmentos conservadores, como uma derivação direta da necessidade social de reprodução, o que o erige à pretensa condição de modelo universal a ser adotado em todo e qualquer tipo de sociedade. Consoante os postulados bíblicos e da fé cristã, essa forma de família seria originária de um planejamento intencional, consciente, um modelo previamente elaborado, dotado de "intenção criadora". Numa palavra, seria obra de Deus, devendo, portanto, ser preservada da influência de "ideologias malignas" e, por corolário, de valores controvertidos típicos da modernidade.

Não por acaso, convencionou-se chamar a família conjugal monogâmica de "família tradicional", cuja defesa veio a se tornar uma das mais importantes bandeiras abraçadas por Bolsonaro, como fica evidente no pronunciamento dirigido aos participantes de um evento evangélico realizado no dia 11 de junho de 2022, na Praia de Copacabana, zona Sul do Rio de Janeiro. Na ocasião, como de costume, o candidato se dispôs a apresentar as linhas gerais de sua plataforma de governo, deixando claro que a pauta moral não ocuparia ali um lugar meramente figurativo: "Nós bem sabemos o que queremos e o que defendemos. Somos contra o aborto, a ideologia de gênero e contra a liberação das drogas (...) Defendo a família e a liberdade como bem maior, a incluir a liberdade religiosa" (ROCHA, 2022). Conforme exposto, não restam dúvidas de que a defesa dos valores familiares, comunitários e cristãos constituía, para Bolsonaro, uma espécie de bastião no qual a ideia de tradição seria considerada absolutamente primordial.

Ao se debruçar sobre a ideia de pureza e sua relação com uma visão geral de ordem social, a antropóloga britânica Mary Douglas (1921-2007) estabeleceu uma inusitada aproximação entre as noções de impureza e desordem. Segundo ela, a impureza seria "uma ofensa contra a ordem"

(DOUGLAS, 1991, p.14), de modo que tudo aquilo que não pode ser classificado com clareza segundo os critérios tradicionais tende a ser considerado “contaminado” ou “perigoso”. Salvo melhor juízo, é justamente dessa forma que uma significativa parcela da sociedade brasileira parece encarar os novos arranjos familiares, dentre os quais merecem destaque as famílias recompostas, monoparentais e homoafetivas.

Sem contarem com a força dos costumes e convenções, tais arranjos não dispõem de um lugar propriamente definido no sistema social, o que os leva a serem representados, sobretudo por espíritos mais ortodoxos, como uma ameaça de propagação da mudança e/ou da desordem. Manifestações inequívocas do pluralismo moderno, tais arranjos muitas vezes suscitam reações extremas, como a adoção de “atitudes fundamentalistas”, por meio das quais seus propugnadores pretendem “reconquistar a sociedade toda para os valores e tradições antigos” (BERGER; LUCKMANN, 2004, p.79).

Como nota Douglas (1991), “a reflexão sobre a impureza implica uma reflexão sobre a relação entre ordem e desordem, o ser e o não-ser, a forma e a ausência dela, a vida e a morte” (p.18). À luz dessa perspectiva, pode-se dizer que, no contexto em tela, fenômenos como os novos arranjos familiares corresponderiam à desordem, ao não-ser, à ausência de forma, representando, assim, um ataque à estrutura familiar tradicional, então posta em risco. Risco esse derivado do avanço de posições progressistas que, indo de encontro aos valores conservadores, ensejariam causas variadas como, por exemplo, a defesa da diversidade e igualdade de gênero.

Daí a posição assumida por Bolsonaro, durante a 30ª edição da Marcha para Jesus, realizada na cidade de São Paulo, de que era preciso “defender a nação de males progressistas como a ideologia de gênero”, sob o risco de experimentarmos o que, na ocasião, denominou as “dores do socialismo”. Para evitar isso, os “cidadãos de bem” precisariam adotar uma agenda política agressiva pautada pela restauração dos códigos tradicionais (BERGER, 1983), recolocando, assim, a família e a igreja no devido lugar de ordenamento social.

Ao discorrer sobre o imaginário coletivo das direitas na década de 1960, Cordeiro (2021) pôs em evidência dois aspectos cruciais para a compreensão do contexto que precedeu o Golpe Militar. O primeiro diz respeito à vigência de um forte anticomunismo de base cristã, mais particularmente, católica. O segundo refere-se à “construção de um argumento segundo o qual os

objetivos da grande frente vitoriosa em 1964 transcendiam o espaço mundano e mesquinho da política" (p.10). Em linhas gerais, ao menos do ponto de vista retórico, parece inegável que algo similar está em curso na atual conjuntura brasileira.

Desde que se candidatou à Presidência da República, em 2018, uma das bandeiras políticas adotadas por Bolsonaro foi a de libertar o Brasil do "socialismo" que, na América Latina, convencionou-se associar a países como Cuba e Venezuela. Este último, aliás, tornou-se uma espécie de referencial contrastivo largamente acionado em discursos nos quais a miséria dos nossos vizinhos servia de alerta para os riscos políticos e econômicos a que os brasileiros estariam submetidos com um eventual retorno da esquerda ao poder. Assim, aliados aos problemas de ordem simbólica, haveria, ainda, outros, de ordem mais estritamente material, que viriam a reforçar os apelos pela conservação da pureza de uma nação representada como de maioria cristã e conservadora.

Ao analisar o princípio classificatório que ordena o sistema de castas indiano, o antropólogo francês Louis Dumont identificou que o mesmo "está fundado na coexistência necessária e hierarquizada de dois opostos" (DUMONT, 1997, p.94). De um lado, teríamos a pureza do Brâmane e, no outro extremo, a impureza do Intocável, que não só se diferenciam em *status*, como desempenham os papéis de parte e contraparte de uma oposição na qual ambas seriam absolutamente inconciliáveis entre si. Como toda oposição vem a ser, antes de tudo, uma relação, há que se reconhecer que, embora ocupem lugares distintos, puro e impuro são componentes de um mesmo conjunto, constituem-se uns aos outros e são, portanto, mutuamente indispensáveis. De modo paroxístico, tem sido essa a dinâmica da polarização político-ideológica que, hoje, opõe esquerda e direita no Brasil. Veja-se, nesse sentido, o seguinte trecho do discurso proferido por Bolsonaro, no dia 17 de junho de 2022, durante a realização do culto cívico em alusão aos 111 anos de fundação da Assembleia de Deus, realizado no Templo Central da congregação, em Belém do Pará:

A política no Brasil está polarizada vocês sabem. De um lado está aquele que quer defender o aborto, de outro quem defende o feto desde sua concepção. De um lado está quem defende a 'ideologia de gênero', de outro quem defende a inocência das crianças em sala de aula. De um lado está quem defende a liberação das drogas, do outro quem não

quer a liberação das drogas. De um lado, quem quer desgastar os valores familiares. A decisão final cabe a cada um de vocês (QUEIROZ, 2022).

Antes mesmo do início da campanha eleitoral de 2022, a referida polarização já tinha assumido a configuração de uma batalha do Bem contra o Mal. Diante do descontentamento de segmentos conservadores e religiosos com pautas apoiadas pela esquerda (que, segundo eles, iam de encontro com os princípios bíblicos), a retórica do “nós contra eles” viria a ser gradativamente intensificada, levando, inclusive, à demonização dos adversários e à sua caracterização como inimigos a serem combatidos.

Como vimos, o fundamento de tal postura reside no princípio maniqueísta que reconhece a direita como “fonte de tudo que é bom, favorável e legítimo”, ao passo que, para a esquerda, restaria a “concepção ambígua do profano e do impuro, [d]o fraco e incapaz que é também maléfico e temido” (HERTZ, 1980, p.111). Salvo engano, esse é o sentido embutido na seguinte fala da deputada estadual Ana Caroline Campagnolo (PL-SC), fiel escudeira do Movimento Escola Sem Partido e uma das estrelas da juventude bolsonarista: “Jesus não é de esquerda nem de direita, mas Judas com certeza é de esquerda!” (BALLOUSSIER, 2022).

Considerações finais

Conforme mencionado, as relações entre História e Antropologia vêm de longa data. Dentre as resultantes de tais relações, uma das mais celebradas, decerto, reside no advento da Escola dos *Annales* francesa, cuja ruptura teórico-metodológica em relação à historiografia tradicional teve no diálogo com outras Ciências Sociais – dentre as quais a Antropologia – um indelével ponto de apoio. Por outro lado, como assinala Schwarcz (2005), as aproximações da disciplina antropológica com a História tiveram início ainda na segunda metade do século XIX, quando, com base numa perspectiva diacrônica, tanto teóricos do Evolucionismo quanto do Difusionismo Cultural buscavam explicar, ainda que por caminhos distintos, a diversidade das culturas e a ocorrência de fenômenos similares em diferentes épocas e lugares.

Desde então, os diálogos entre as duas disciplinas vêm se estreitando progressivamente. A propósito, foi graças a esse estreitamento que muitos de nós, antropólogos, aprendemos a analisar fenômenos contemporâneos sem sucumbir às armadilhas do presente etnográfico, desconsiderando processos socio-históricos e a importância do passado na construção do tempo presente. É bem verdade que ainda temos muito a aprender uns com os outros, mas alguns passos importantes foram dados nesse sentido. Um deles foi a descoberta da possibilidade analítica de se tomar o tempo, concomitantemente, como realidade objetiva e representação simbólica. Foi com essa expectativa que procuramos desenvolver, aqui, uma discussão à luz da concepção de tempo pendular.

Considerar, de forma concomitante, continuidades e descontinuidades históricas constitui exercício não só desejável como necessário, posto que nos habilita a reconhecer que toda história é processual, dinâmica, complexa. Particularmente no caso do Brasil, a adoção de uma perspectiva combinando sincronia e diacronia possibilita termos clareza de que o alarde acerca do “perigo vermelho” não nasceu com o bolsonarismo. Na verdade, ele é anterior, inclusive, à deposição do presidente João Goulart. Conforme elucidada Sá Motta (2002), a princípio, as manifestações anticomunistas no Brasil remontam ao período 1917-1935, vindo a assumir contornos caracteristicamente ideológicos com a ascensão do Estado Novo (1937) e o golpe de 31 de março de 1964.

Como parte das ações então adotadas pelos anticomunistas cabe destacar a elaboração de uma rígida dicotomia que punha, de um lado, o comunismo e, do outro, a religião. Para fundamentar tal antagonismo, seus paladinos apregoavam que o ideário comunista “negava a existência de Deus e professava o materialismo ateu; [...] pretendia substituir a moral cristã e destruir a instituição da família; defendia a igualdade absoluta contra as noções de hierarquia e ordem, embasadas em Deus” (SÁ MOTTA, 2002, p. 20). Uma vez identificados com a vertente tradicional-conservadora do cristianismo, atores individuais e coletivos ligados ao catolicismo sustentavam que “o desafio comunista tinha origem na eterna luta entre bem e mal e na ação do grande tentador, Satanás” (*Idem*, 2002, p.19).

Se, consoante o exposto, fica evidente que a interpenetração entre anticomunismo e maniqueísmo religioso não constitui algo exclusivo dos tempos atuais, há que se reconhecer que estão em curso importantes

mudanças quanto ao seu engendramento. Enquanto, em períodos anteriores, as mobilizações de combate ao “perigo vermelho” ocorriam em contextos de co-presença (missas, solenidades, seminários religiosos etc.) ou através das mídias tradicionais (rádio, jornais impressos, panfletos etc.), hoje, elas dispõem de novas modalidades de transmissão, recepção e fixação de conteúdos que impactam diretamente os padrões de interação e relacionamento sociais, como se pode notar, entre outros casos, na irrupção do chamado “populismo digital” (CESARINO, 2019).¹⁰

Aliada à modernização das tecnologias de comunicação, outra importante mudança relativa aos tempos atuais diz respeito ao protagonismo assumido por segmentos evangélicos na nova cruzada anticomunista. Enquanto, no passado, esse papel foi desempenhado por lideranças católicas, caberia hoje aos protestantes lhe emprestar uma face externa, o que vem produzindo uma série de efeitos dignos de nota. Um deles está relacionado ao entendimento de que, diferentemente dos católicos, os evangélicos são empreendedores de “um cristianismo prático, para ser vivido 100% do tempo e não em duas horas de culto”, um cristianismo que, para além da pauta religiosa, visa produzir “engrenagens para influenciar a política, o Judiciário, a cultura, as ciências, as artes, a economia e também o empresariado”.¹¹

Um dos corolários desse “cristianismo prático” reside no crescente engajamento político do eleitorado evangélico que, não raro, acompanha o ativismo político de suas lideranças. No Brasil, a cada eleição recrudescem o número de candidatos religiosos (VASCONCELLOS, 2022), bem como de pastores dedicados à militância política, seja por meio do apoio aos postulantes de sua preferência, seja do lançamento das próprias candidaturas. Como aponta Camurça (2018), a ocorrência de tais fenômenos põe em relevo a coexistência de duas dinâmicas que são, a um só tempo, antagônicas e complementares, já que, por um lado, “a religião contamina diretamente as regras do funcionamento da esfera pública e política com sua

¹⁰ Em se tratando do Brasil, não há dúvidas de que o populismo digital teve na ascensão do bolsonarismo a sua primeira e mais notável expressão. Segundo Cesarino (2019), um dos efeitos da digitalização da política seria o colapso da diferença entre esta e outras esferas sociais, inclusive, a religiosa. A propósito, tal colapso constituiria uma das principais variáveis explicativas da “vitória meteórica de Jair Bolsonaro nas eleições presidenciais de 2018” (p.531).

¹¹ Sobre isso, ver declaração do Pastor Silas Malafaia: “‘Não sou bolsominion’. Conselheiro de Bolsonaro, o pastor afirma que os evangélicos vão apoiar o presidente — mas que ele não diz amém a tudo o que o capitão faz” (FERRAZ, 2022).

cosmologia, moral e valores”, mas, por outro, “critérios laicos e humanistas influenciam religiões nas suas concepções da realidade” (p.139).

Apesar do seu expressivo crescimento nas últimas décadas, não há como se afirmar que a atuação política dos evangélicos brasileiros seja fruto da “exteriorização de uma identidade subjacente, plenamente consciente de si, automotivada e estável” (BURITY, 2020, p. 196). Conforme mencionado no início do artigo, o que chamamos genericamente de evangélicos em nada se assemelha a um bloco monolítico em busca do poder. Como sugere Burity (2020), a presença política dos protestantes brasileiros deve ser pensada, “em cada momento, como um feixe de iniciativas que ao mesmo tempo respondem a outras forças e desafios e articulam demandas” (p.196).

Mas, que forças e demandas seriam essas? Como procuramos mostrar, elas orbitam, hoje, em torno de posicionamentos que vêm sendo reiteradamente preconizados por bolsonaristas, tais como o anticomunismo, a defesa da pauta de costumes e da liberdade religiosa.

À guisa de conclusão, resta dizer que este artigo é fruto de uma proposta teórica exploratória, o que imprime no texto as marcas de um investimento temático inicial e propositivo. Esperamos preencher eventuais lacunas com trabalhos futuros, quando, dispondo de mais dados, teremos melhores condições de avançar nas análises propostas. De todo modo, fazemos votos de que ele venha a subsidiar reflexões sobre questões prementes da atual conjuntura brasileira. Como denotam as últimas eleições, uma delas diz respeito à reconfiguração do campo religioso. Reconfiguração essa que, de diferentes maneiras, já provou ser capaz de produzir resultados, no mínimo, inquietantes. Ao que tudo indica, com a nova composição de forças e o maior protagonismo dos evangélicos no cenário político, tensões pretéritas e presentes envolvendo segmentos progressistas e conservadores podem vir a se intensificar, gerando consequências imprevisíveis. Mas isso, naturalmente, foge ao escopo da nossa discussão. Mesmo porque, como já disse alguém, a futurologia é uma ciência sem objeto.

Referências

ALMEIDA, R. Deus acima de todos? In: **Democracia em risco?** 22 ensaios sobre o Brasil hoje (s/a). São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

ALMEIDA, R.; GUERREIRO, C. Negacionismo religioso: Bolsonaro e lideranças evangélicas na pandemia Covid-19. **Religião e Sociedade**, v. 41, n. 2, 2021, p. 49-73.

ARAÚJO, V. **A religião distrai os pobres?** O voto econômico de joelhos para a moral e os bons costumes. São Paulo: Edições 70, 2022.

BALLOUSSIER, A. V. Pastores fustigam comunismo e Anitta para vender Bolsonaro a eleitorado jovem. **Folha de São Paulo**, 01/05/2022, Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2022/05/pastores-fustigam-comunismo-e-anitta-para-vender-bolsonaro-a-eleitorado-jovem.shtml>. Acesso: 17/12/2022.

BERGER, P. On the obsolescence of the concept of honour. In: HAUERWAS, Stanley; MACLINTYRE, A. (Ed.). **Revisions: Changing Perspectives in Moral Philosophy**. NotreDame (Indiana): NotreDameUniversity Press, 1983. p. 172-181.

BERGER, P.; LUCKMANN, T. **Modernidade, pluralismo e crise de sentido: A orientação do homem moderno**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

BIROLI, F.; MACHADO, M. D.; VAGGIONE, M. D. **Gênero, neoconservadorismo e democracia: Disputas e retrocessos na América Latina**. São Paulo: Boitempo, 2020.

BURITY, J. Itinerário histórico-político dos evangélicos no Brasil. In: PÉREZ GUADALUPE, J. L.; CARRANZA, B. (Orgs.). **Novo ativismo político no Brasil: os evangélicos do século XXI**. Rio de Janeiro: Konrad Adenauer Stiftung, 2020. p. 195-215.

CAMURÇA, M. A. Religião Política e Espaço Público No Brasil: perspectiva histórico/sociológica e a conjuntura das eleições presidenciais de 2018. **Estudos de Sociologia**, v. 2, n. 25, 2019, p. 125-159.

CARDOSO, R. 5 motivos que mostram que é impossível ser cristão e ser de esquerda. **Folha Universal**, Rio de Janeiro, 23/01/2022. Disponível: <https://www.universal.org/noticias/post/5-motivos-que-mostram-que-e-impossivel-ser-cristao-e-ser-de-esquerda/>. Acesso em: 10/12/2022.

CARTACAPITAL. Bolsonaro volta a mentir e acusa Lula de querer 'impor o comunismo no Brasil'. **Carta Capital**, São Paulo, 13/09/2022. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/cartaexpressa/bolsonaro-volta-a-mentir-e-acusa-lula-de-querer-impor-o-comunismo-no-brasil/>. Acesso: 12/12/2022.

CESARINO, L. Identidade e representação no bolsonarismo. Corpo digital do rei, bivalência conservadorismo-neoliberalismo e pessoa fractal. **Revista De Antropologia**, v. 62, n.3, 2019, p. 530-557.

CORDEIRO, J. M. A Marcha da Família com Deus pela liberdade em São Paulo: direitas, participação política e golpe no Brasil, 1964. **Revista de História**, n. 180, 2021, p.1-19.

DOUGLAS, M. **Pureza e perigo**: Ensaio sobre as noções de poluição e tabu. Lisboa: Edições 70, 1991.

DOUGLAS, M. The problem of evil. In: DOUGLAS, Mary. **Natural symbols**: Explorations in cosmology, with a new introduction. Londres, Nova York: Routledge, 1996. p. 110-125.

DUMONT, L. **Homo hierarchicus**: O sistema das castas e suas implicações. Editora: USP, 1997.

DURKHEIM, É. **As formas elementares da vida religiosa**. São Paulo: Paulus, 2001.

FARIAS, D. (a) Sem máscara e com as garras de fora. **Folha Universal**, Rio de Janeiro, 06/02/2022. Disponível em: <https://www.universal.org/noticias/post/sem-mascara-e-com-as-garras-de-fora/>. Acesso: 17/12/2022.

FARIAS, D. (b) As portas do inferno não prevalecerão. **Folha Universal**, Rio de Janeiro, 13/03/2022. Disponível em: <https://www.universal.org/noticias/post/as-portas-do-inferno-nao-prevalecerao/>. Acesso em 10/12/2022.

FERRAZ, R. “‘Não sou bolsominion’. Conselheiro de Bolsonaro, o pastor afirma que os evangélicos vão apoiar o presidente — mas que ele não diz amém a tudo o que o capitão faz”. **Veja**, Páginas Amarelas, São Paulo, 22/04/2022. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/paginas-amarelas/silas-malafaia-nao-sou-bolsominion/>. Acesso: 12/12/2022

GELL, A. **A antropologia do tempo**: construções culturais de mapas e imagens temporais. Petrópolis (RJ), Vozes, 2014.

HERTZ, R. “A preeminência da mão direita: um estudo sobre a polaridade religiosa”. **Religião e Sociedade** 6(2), 99-128, 1980.

HOLANDA, M; MARQUES, J. Bolsonaro discursa em clima de comício e diz que eleição é luta 'do bem contra o mal'. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 27/03/2022. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2022/03/bolsonaro-diz-que-eleicao-e-luta-do-bem-contra-o-mal-em-discurso-com-clima-de-comicio.shtml>. Acesso em 10/12/2022.

LEACH, E. R. Dois ensaios a respeito da representação simbólica do tempo. In: **Repensando a antropologia**. São Paulo: Editora Perspectiva, 2001. p.191-209.

LÉVI-STRAUSS, C. “A família”. In: SHAPIRO, H. L. (Org.). **Homem, cultura e sociedade**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1966. p. 308-333.

LOBÃO, R. J. S. **Cosmologias políticas do neocolonialismo**: como uma política pública pode se transformar em uma política do ressentimento. Tese de Doutorado - Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade de Brasília, 2006.

MARCELLO, M. C. 'Esses marginais vermelhos serão banidos de nossa pátria', diz Bolsonaro, **Extra**, Rio de Janeiro, 21/10/2018. Disponível em: <https://extra.globo.com/noticias/brasil/esses-marginais-vermelhos-serao-banidos-de-nossa-patria-diz-bolsonaro-23174407.html>. Acesso: 12/12/2022.

MARIANO, A. R.; GERARDI, D. A. Apoio evangélico a Bolsonaro: antipetismo e sacralização da direita. In: CARRANZA, B.; GUADALUPE, J. L. P. **Novo ativismo político no Brasil: os evangélicos no século XXI**. Rio de Janeiro: Konrad Adenauer, 2020. p. 329-350.

MARIANO, R. **Neopentecostais: sociologia do novo pentecostalismo no Brasil**. São Paulo: Loyola, 2012.

QUEIROZ, F. Bolsonaro defende liberdade e valores cristãos em Belém. **O Liberal**, Belém, 17/06/2022. Disponível em: <https://www.oliberal.com/politica/bolsonaro-defende-liberdade-e-valores-cristaos-em-belem-1.550261>. Acesso: 17/12/2022.

ROCHA, M. Bolsonaro diz, durante evento evangélico, que Brasil enfrenta problema espiritual. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 11/06/2022. Disponível em: <https://www.google.com.br/amp/s/www1.folha.uol.com.br/amp/poder/2022/06/bolsonaro-diz-durante-evento-evangelico-que-brasil-enfrenta-problema-espiritual.shtml>. Acesso: 17/12/2022.

RODEGHERO, C. S. Religião e patriotismo: o anticomunismo católico nos Estados Unidos e no Brasil nos anos da Guerra Fria. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 22, n. 44, 2002, p. 463-488.

SÁ MOTTA, Rodrigo Patto. **Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)**. São Paulo: Perspectiva, 2002.

SAPIR, E. Cultura: autêntica e espúria. **Sociologia & Antropologia**, v. 2, n. 4, 2012, p. 35-60.

SCHWARCZ, L. M. "Questões de fronteira: sobre uma antropologia da história". São Paulo. **Novos Estudos CEBRAP**, n. 72, 2005, p. 119-135.

SETO, G.; BRAGA, J. Igreja Universal diz que não é possível ser cristão e de esquerda. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 24/01/2022. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/painel/2022/01/igreja-universal-diz-que-nao-e-possivel-ser-cristao-e-de-esquerda.shtml>. Acesso: 17/12/2022.

THOMAS, K. Introduction. In: BREMMER, J. & ROODENBURG, H. (Eds.) **Acultural history of gesture: from antiquity to the present day**, Cambridge: Polity Press, 1991. p. 1-14.

TURNER, V. Os símbolos no ritual Ndembu. In: **Floresta de símbolos: Aspectos do ritual Ndembu**. Niterói: EdUFF, 2005. p. 49-82.

VASCONCELLOS, H. Puxadas por evangélicos, candidaturas de religiosos crescem mais de 15%. **UOL**, São Paulo, 17/08/2022. Disponível

em: <https://noticias.uol.com.br/eleicoes/2022/08/17/eleicoes-candidaturas-de-religiosos-crescem-158-puxada-por-evangelicos.htm>. Acesso: 12/12/2022.

VIVAS, F. 'Estado é laico, mas esta ministra é terrivelmente cristã', diz Damares ao assumir Direitos Humanos. **O Globo**, Rio de Janeiro, 02/01/2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/01/02/estado-e-laico-mas-esta-ministra-e-terrivelmente-crista-diz-damares-ao-assumir-direitos-humanos.ghtml>. Acesso em 10/12/2022.